



“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”

*Clara Silvério Diógenes**

*Tallita de Carvalho Martins***

Há 50 anos o povo brasileiro passou por um dos períodos mais tristes e de maior repressão da sua história política que se estendeu por longos 21 anos. Momento esse em que se instaurou um golpe militar, deflagrado contra o governo de João Goulart, o qual adotava uma política nacionalista e reformista, fortalecendo os movimentos sociais, apresentando defesa às Reformas de Base e forte oposição à União Democrática Nacional (UDN)¹.

Nesse espectro, a famigerada Ditadura Militar constituiu-se com o apoio dos setores conservadores sob a justificativa de tentar conter uma crise econômica, evitando, assim, a “esquerdização” do poder. Foram, portanto, 21 anos marcados por crimes de tortura, censura e variados fatos históricos decorrentes de tais irregularidades que só cessaram com a consolidação de uma nova ordem política.

Enquanto isso, a repressão aos partidos de resistência, tal qual a União Nacional Estudantil (UNE) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), foi ferrenha, resultando em inúmeras prisões e mortes. Nessa luta, um dos maiores símbolos de obstinação foi o pernambucano Gregório Bezerra que acabou amarrado e arrastado pelas ruas da sua cidade como “exemplo” aos subversivos².

Dentre os incontáveis absurdos desse período ditatorial, a promulgação da Constituição Federal de 1967, amplamente emendada no ano subsequente, deu azo à

* Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Editora-Geral da Revista FIDES. Estagiária do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

** Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Editora-Geral da Revista FIDES. Membro do Projeto de Extensão Simulações de Organizações Internacionais (SOI).

¹ MORAIS, Ednilson. Do governo Dutra ao governo João Goulart. 01 set. 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Ednilson/do-governo-dutra-ao-governo-joo-goulart>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

² CASTRO, Celso. O golpe de 1964 e a instauração do regime militar. FGV – CPDOC, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>> Acesso em: 29 abr. 2014.

instauração do mais arbitrário documento da história política brasileira: o Ato Institucional Número 5.

Nas palavras de Maria Celina D'Araújo (2012, p. da internet), “O AI-5 não só se impunha como um instrumento de intolerância em um momento de intensa polarização ideológica, como referendava uma concepção de modelo econômico em que o crescimento seria feito com ‘sangue, suor e lágrima’”³.

Inaugurado durante o governo do general Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 vigorou por dez anos produzindo “um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros”. Dentre elas, autorizava-se que o presidente, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, decretasse o recesso do Congresso Nacional; interviesse nos estados e municípios; cassasse mandatos parlamentares; suspendesse, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretasse o confisco de bens considerados ilícitos e suspendesse a garantia do habeas-corpus⁴.

Com o movimento das Diretas-Já, considerada uma das maiores campanhas cívicas da história do Brasil, políticos, sindicalistas, artistas e pessoas das mais variadas classes apoiaram a defesa do projeto que recuperaria o poder do sufrágio. Embora rejeitado pelo governo de João Figueiredo, o qual declarou estado de emergência dias antes da votação da proposta, que seria apreciada em 25 de abril de 1984, cercado o Congresso com militares na véspera, censurando o noticiário político na TV e chegando a prender dois deputados que votariam no dia seguinte, o “enterro” da emenda não foi o fim para a população que estava farta de uma ditadura marcada por perseguições, corrupções e crises financeiras⁵.

Destarte, a ícone eleição de Tancredo Neves, depois de passados mais de 20 anos da última eleição, e sua simbólica morte logo em seguida, constituíram um importante passo para um longo caminho de redemocratização que viria a ser trilhado. Todavia, é bem verdade que até os dias de hoje o país ainda se encontra em busca da fática consolidação de um Estado Constitucional Democrático, apesar de serem visíveis e irrefutáveis os grandes avanços nestes 25 anos de promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nessa esteira, atualmente ainda se pode observar certos privilégios, aos militares aposentados e àqueles que permanecem na carreira, a exemplo da intocada previdência que prevalece preservada das reformas que atingiram os setores público e privado e, por seu turno,

³ARAÚJO, D' Maria Celina. O AI-5. FGV – CPDOC, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> Acesso em: 29 abr. 2014.

⁴ Idem.

⁵ MENDONÇA, Ricardo. Votação e Derrota da emenda das Diretas-Já completa 30 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1445161-votacao-e-derrota-da-emenda-das-diretas-ja-completa-30-anos.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

custa ao Estado maior despesa do que o dispêndio com programas sociais como o Bolsa Família⁶.

Além disso, há a polêmica Lei da Anistia para a qual se tem incessante luta em prol da sua revisão, tendo sido, inclusive, criada a Comissão Nacional da Verdade no anseio de se ver concretizada a proposta do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do supracitado projeto “revisional”⁷.

Desta feita, são mais que evidentes os impactos desse período ditatorial, causando ecos até hoje e, por consequência, sendo de suma relevância a sua discussão no ambiente acadêmico, após esses 50 anos que, apesar de atenuados pelo tempo, parecem nunca acabar, sobretudo, para as suas vítimas, inclusive, as que sofrem com as marcas deixadas por aquele momento e para quem dedicamos a singela homenagem da edição ora apresentada.

⁶ DINHEIRO PÚBLICO & CIA. Intocada, previdência dos militares gasta mais do que o Bolsa Família. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2013/12/29/intocada-previdencia-dos-militares-gasta-mais-do-que-o-bolsa-familia/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

⁷ MENDES, Priscila. Comissão de Direitos Humanos aprova revisão da Lei da Anistia. **G1**. Política, Brasília, 09 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/comissao-de-direitos-humanos-aprova-revisao-da-lei-da-anistia.html>> . Acesso em: 29 abr. 2014.